

# CRISE DE REFUGIADOS NO SUDÃO DO SUL E A INFLUÊNCIA DA ONU NA MANUTENÇÃO DE PAZ DESTE PAÍS

Vitor Kalki de França Silva <sup>1</sup>  
Professor Leonardo Mèrcher <sup>2</sup>

## RESUMO

O Sudão do Sul é um pequeno país africano, recém-formado, com menos de dez anos e inúmeras dificuldades. Serão expostas as suas principais características e de sua população. Será entendido o motivo de tantas pessoas quererem sair de seu território e procurar abrigo em outros países da região, tais como Etiópia, Uganda e Sudão, principalmente. Será abordada a questão étnica, petrolífera e territorial que fazem parte das disputas entre o Norte e o Sul, contextualizando o papel dos países vizinhos nesse conflito. As Nações Unidas se encontram no Sudão do Sul desde a sua independência, sendo assim, será analisado o seu papel na contribuição pela paz local com as missões de paz UNMISS e UNISFA. Perceberemos então através de quais meios as Nações Unidas agem para promover a paz nesse país e será analisado se esses métodos estão de acordo com o conceito de paz positiva de Galtung. Através desse estudo será entendido o papel das Nações Unidas (UN, termo em inglês) que tentam aplicar os conceitos de paz positiva, por vezes, são obrigados a utilizar de força militar para reduzir a violência. Será observada também as atitudes tomadas pelas UN, Cruz Vermelha e UNCHR que possibilitam certa estabilização na situação local.

**Palavras chave:** Sudão do Sul. Nações Unidas. Paz positiva.

---

<sup>1</sup> Aluno da UNINTER, matriculado e cursando Relações Internacionais. Bacharel em Ciências Aeronáuticas e em Administração pela Academia da Força Aérea, tendo se formado em 2014.

<sup>2</sup> Doutor em Ciência Política (UFPR, 2016).

## **1 INTRODUÇÃO**

No início do ano de 2018, inúmeros jornais como O Globo, BBC e CNN passaram a alertar sobre a crise de refugiados que estava cada vez mais evidente no Sudão do Sul. Em fevereiro deste mesmo ano, as Nações Unidas indicaram que essa crise de refugiados deveria se tornar a maior do mundo. Com a crescente procura das pessoas desse país, principalmente por países vizinhos, as causas se tornaram cada vez mais duvidosas e o conflito cada vez mais proeminente. Desta forma, surgiu a necessidade de estudo da Origem desse jovem país entendendo o seu relacionamento com os seus vizinhos, e as causas que o levaram a essa grande guerrilha com seus vizinhos do Norte. Além disso buscamos compreender o papel das Nações Unidas na estabilização deste país, verificando se as ações tomadas se enquadram no conceito de paz positiva de Galtung. Compreenderemos, assim, o contexto histórico desse país e entenderemos melhor o conflito e as ações que estão sendo tomadas.

## **2 CRISE DE REFUGIADOS DO SUDÃO DO SUL**

### **2.1 O SUDÃO DO SUL**

Não trataremos, especificamente, dos fatos históricos que antecederam a separação que deu origem ao Sudão do Sul para escaparmos ao máximo das armadilhas do olhar retrospectivo, portanto, começamos este tópico a partir do referendo de 9 de Janeiro de 2011 que consagrou a vontade da maioria de uma população de viver no território caracterizado como Sudão do Sul, independente.

Para ser mais exato, nos apoiamos em Oliveira e Castellano Silva (2011), para dizer que: no sábado, dia 9 de julho, foi oficializada a separação da região sul do Sudão, que passou a ser chamada de República do Sudão do Sul, ou Sudão Meridional. Segundo os autores, na sexta-feira, 08 de julho, o governo do Sudão já havia reconhecido a independência do novo país, e no fim de semana da independência as principais potências mundiais o fizeram. Isto inclui os países do Conselho de Segurança da ONU – EUA, Rússia, China, Inglaterra e França –, boa parte da Europa Ocidental incluindo Alemanha, além de Brasil, Turquia, Japão e Austrália, e os representantes de organizações

regionais como a Liga Árabe, a IGAD (Intergovernmental Authority on Development), a União Africana (UA) e a União Europeia. Finalmente, na quinta-feira seguinte, dia 14 de julho, o Sudão do Sul foi admitido como o 193º membro da Organização das Nações Unidas (ONU) (OLIVEIRA e CASTELLANO, 2011, P.24).

Oliveira e Castellano (2011), no entanto, nos lembra que existe a oposição histórica da maioria dos países africanos, e da própria Organização da Unidade Africana (OUA) – hoje União Africana –, contra mudanças fronteiriças durante os processos de descolonização ou a qualquer movimento separatista, dito autonomista. De acordo com Oliveira e Castellano (2011), Biafra, Cabinda, Katanga e Somalilândia são exemplos claros dessa tradicional postura africana de não reconhecer movimentos separatistas. Ademais, enquanto que o Sudão deixa de ser definitivamente o maior país africano, uma série de incertezas continuam a pairar sobre o futuro dos países do Chifre da África. Inclusive relativas às perspectivas de guerra ou paz, de conflito ou cooperação na região (OLIVEIRA e CASTELLANO, 2011, P.24).

Não nos causa nenhuma surpresa quando o MRE (2018) revela que a população sul-sudanesa é predominantemente rural (80% dos habitantes) e dedica-se principalmente à agricultura e à pecuária extensiva (70% da força de trabalho). Outro aspecto característico do perfil demográfico sul-sudanês é o grande peso relativo dos jovens: 30% da população têm menos de 10 anos de idade.

Sudan Household Health Survey (2018), considera que o Sudão do Sul é um país com alguns dos piores indicadores sociais do mundo. Quase não tem infraestrutura de saneamento básico, apenas 13% da população têm acesso à água tratada e 3,3% contam com água e esgoto encanados. Cerca de 90% da população vivem com menos de um dólar por dia, ou seja, encontram-se abaixo da linha de miséria. O país possui somente 3 hospitais, com cerca de 1 médico para cada 500 mil habitantes. O Sudão do Sul apresenta o pior índice mundial de mortalidade materna no parto (mais de 2 mil mortes por 100.000 nascimentos). Estimativas apresentam um quadro de mortalidade infantil de 102 óbitos por mil crianças no 1º ano de vida, o que coloca o país entre os 20 piores do mundo e o pior quando considerada a mortalidade até 5 anos.

O novo Estado, paradoxalmente, nasce bem longe do ideal sonhado, com desafios gigantescos, que vão desde a pobreza extrema e sérias deficiências de infraestrutura, até a efetivação do controle do território pelo novo governo, passando pelas disputas ainda pendentes na demarcação das fronteiras. Oliveira e Castellano (2011) informam que este último ponto diz respeito, sobretudo, ao fato de que o Sul reivindica territórios que não estavam incluídos nos acordos de paz – o que sugere o envolvimento ainda mais direto do novo país nas disputas geopolíticas por petróleo.

Como complemento, de acordo com informações de Dias (2013, p.47), a capital do novo Estado Sudão do Sul é Juba, e está dividido em diversas unidades administrativas: dez estados, 79 municípios que agrupam unidades administrativas ao nível de vila e aldeia, payams e bamas, respectivamente.

A Figura 1 nos apresenta a divisão administrativa do Sudão do Sul e países vizinhos.

**Figura 1 – Divisão administrativa do Sudão do Sul**



Fonte: Campos (2017).

O Sudão do Sul, mesmo depois de passados oito anos de independência, e face ao legado de 22 anos de guerra civil, continua confrontado com os desafios de reconstrução do Estado ao nível de infra-estruturas básicas (estradas, escolas, hospitais); de extensão das instituições e agentes do Estado para além da capital, e de normalização das relações com Cartum (DIAS, 2013, p.47).

Observações de Dias (2013) apontam que, com a independência, o Sudão do Sul tornou-se um País sem acesso direto ao mar. Fato importante, pela razão do Sudão do Sul possuir em seu território mais de 80% das reservas de recursos petrolíferos do antigo Sudão. O Estado, mesmo independente, continuou dependente do Sudão em termos das infra-estruturas. O oleoduto, as refinarias, os serviços portuários para acesso ao mercado internacional para exportação do petróleo, tudo está atrelado ao Sudão.

Tratando-se, ainda, da relação territorial temos que a fronteira internacional entre o Sudão e o Sudão do Sul perfaz 2.000 quilômetros, com a República Centro-Africana 1.360 quilômetros, com a República Democrática do Congo 630 quilômetros, com o Uganda 435 quilômetros, com o Quênia 232 quilômetros e com a Etiópia 1.000 quilômetros.

Observa-se na Figura 2 a seguir a posição geográfica dos países vizinhos ao Sudão do Sul.

**Figura 2 – Sudão do Sul e países vizinhos.**



Fonte: Google Maps (2018).

Com a independência do Sudão, em 1956, segundo Da Silva (2015, p.37), “a delimitação existente seria desmantelada, com o intuito de criar um país unificado. No entanto, rapidamente se tornaram evidentes as diferenças entre as duas regiões, delimitando-se uma nova linha divisória entre ambas”.

Para Da Silva (2015), na região norte se encontravam as principais riquezas e os órgãos administrativos do país, e o Sul encontrava-se empobrecido, depauperado em termos de infraestruturas e dividido em inúmeras tribos.

As discrepâncias existentes entre norte e sul levaram ao desencadeamento de conflitos junto das áreas fronteiriças dada a incapacidade de definição sobre a região a que as mesmas deveriam pertencer. A descoberta de petróleo propiciou a uma escalada da violência uma vez que os recursos fósseis, vitais para ambas as regiões, se encontravam principalmente nas áreas limítrofes da linha divisória, designadamente Bentiu e Heglig (zona reclamada por ambas as partes) (DA SILVA, 2015, p.37).

Devido ao isolamento internacional, de acordo com Campos (2017, p.2), o governo sudanês promulgou uma nova Constituição e iniciou conversas com os grupos rebeldes em 2000, chegando a um Amplo Acordo de Paz (Comprehensive Peace Agreement), que dispôs sobre cessar-fogo imediato;

formação de um novo Governo de Unidade Nacional e um governo interino no Sudão do Sul; repartição de riquezas, poder e arranjos de segurança; um período de transição iniciado em 2005 que deveria durar seis anos; e a previsão de um referendo pelo qual o Sul poderia decidir pela independência.

O CPA foi visto, conforme observações de Campos (2017, p.2), como um acordo entre as principais partes em combate, o SPLA e as Forças Armadas do Sudão (SAF, em inglês). O referendo realizado em janeiro de 2011 resultou na independência do Sudão do Sul em 9 de julho do mesmo ano, sendo Juba a capital do novo país. (CAMPOS, 2017, p.2).

“Essa separação é fruto de uma divisão histórica entre etnias no país, que tem início na conferência de Berlim, quando a África foi fragmentada para desenvolvimento dos interesses externos imperialistas. “Sem respeitar a natureza, nem a etnia ou a tradição, os países foram traçados unicamente pelos interesses dos colonizadores” (Martins, 1992). Dessa forma, foi criado um grande problema político para os países resultantes desse processo, remontando de maneira autoritária as fronteiras, unindo e separando povos com tradições diversas” (GURJÃO e PEREIRA, 2018, p.3).

Então, para Gerbase e Visentini (2014), o Sudão do Sul enfrenta, mesmo antes de sua criação problemas seríssimos, que não têm sido fáceis de resolver. Desde sua independência, em 2011, o país, que tem um dos piores índices de qualidade de vida do mundo, já passou por dois conflitos que limitaram consideravelmente sua capacidade de desenvolvimento econômico.

Em 2012, conforme Gerbase e Visentini (2014), disputas pelos lucros petrolíferos com o Sudão levaram o Sudão do Sul a interromper a produção durante todo esse ano, levando a graves crises econômicas em ambos os países. O conflito é interno ocasionado por uma disputa de poder entre o presidente, Salva Kiir, e seu ex-vice-presidente, Riek Marchar, ambos do Movimento/Exército Popular de Libertação do Sudão (SPLM/A, sigla em inglês), partido hegemônico do país, fez com que houvesse o desenvolvimento do conflito, aumentando a disputa de poder, gerando uma expansão do conflito entre as duas maiores etnias do país, a Dinka e a Nuer (GERBASE e VISENTINI, 2014).

Contra todas as expectativas devido a escalada de rivalidades e de desconfiança entre os governos de Juba e de Cartum, Dias (2013) nos revela que o Sudão do Sul decidiu encerrar de forma abrupta a exploração de grande

parte dos poços de petróleo em Janeiro de 2012, interrompendo o escoamento de petróleo pelo oleoduto do Sudão devido ao desacordo entre as partes relativamente ao valor cobrado por Cartum por este serviço.

Para Dias (2013), esta interrupção da produção de petróleo por um período de nove meses teve um prejuízo mensal estimado em 650 milhões, uma perda para além da capacidade do recém-criado Estado do Sudão do Sul, já que 98% das receitas do governo são geradas a partir da exploração de petróleo.

Ainda, de acordo com as informações de Dias (2013), temos que:

“os custos estimados de construção de um oleoduto alternativo para a África Oriental, eventualmente ligando o Sudão do Sul ao porto de Lamu (Quênia), Djibuti ou Kinshasa (RDC), rondam os 1,5 mil milhões de dólares e este será sempre um projeto de médio a longo prazo. A dependência mútua subsiste para além do comércio no sector petrolífero, incluindo o comércio de outros bens, o movimento de pessoas, nomeadamente os movimentos sazonais de grupos pastoralistas em busca de água e de pasto nas áreas fronteiriças ou no Sudão do Sul. A interrupção de produção de petróleo por parte do Sudão do Sul conduziria a escalada da crise até quase ao ponto de reiniciar a guerra entre o Sudão e o Sudão do Sul. Em março de 2012, o Sudão do Sul decidiu ocupar Heglig, uma das poucas áreas sob jurisdição do Sudão aonde se produz petróleo. Tal fato resultou na interrupção da produção de petróleo do Sudão. Sob pressão internacional o Sudão do Sul retirou as suas forças de Heglig, mas as negociações entre as partes só foram retomadas em Addis Abeba em junho de 2012. Em setembro de 2012, um conjunto de acordos foram assinados abarcando: as questões de segurança, o enquadramento do estatuto de residentes estrangeiros; questões fronteiriças, incluindo demarcação, comércio e outros assuntos neste âmbito; enquadramento para cooperação no sistema central bancário; enquadramento do pagamento de benefícios pós-serviços; assuntos económicos; petróleo e questões económicas relacionadas e cooperação bilateral. Para além da questão da partilha de recursos, a questão da dívida de 40 mil milhões continua pendente. Qual a parte que eventualmente será imputada ao Sudão do Sul? A questão da moeda também acarreta um conjunto de desafios”.

Já percebemos que no Sudão do Sul as melhores ações bem-intencionadas, sem proceder previamente de um consenso legítimo envolvendo a maioria dos atores, costumam provocar repúdio, incompreensão, hostilidade, como vem experimentando o Sudão do Sul.

Diante do exposto poderemos entender melhor como tantos problemas podem contribuir para a existência de uma crise de refugiados no Sudão do Sul.

## 2.2 A CRISE DE REFUGIADOS

As desigualdades geram várias possibilidades de reflexão sobre a insegurança de determinado território e suscitam incerteza sobre o futuro e desagregação de grupos sociais. Tudo sugere que existe um progressivo vazio do Estado. Assim nos apoiamos para verificar a crise de refugiados do Sudão do Sul.

Freitas (2018) revela que o Sudão do Sul depois de proclamar-se independente teve, inicialmente, apoio do governo de Cartum que declarou, como é sabido, pretensões de cooperação com o novo Estado, mas, algumas questões não ficaram definidas na ocasião do referendo, tais como: a demarcação das fronteiras, o uso das redes hidrográficas, a dívida externa e a extração do petróleo. Contribuindo, dessa forma, para a atual situação de crise humanitária nos dois países sudaneses.

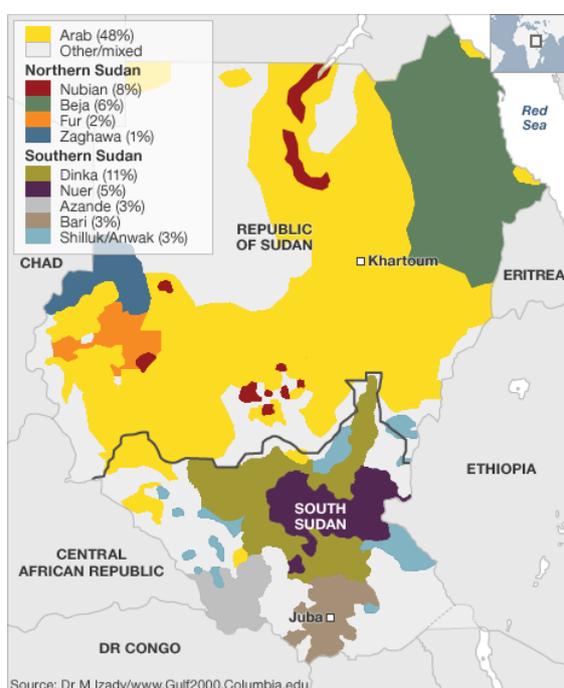
“Nesse sentido, a problemática atual no norte do Sudão do Sul, agravou-se ainda mais em virtude do aumento da violência nos confrontos envolvendo o Exército de Libertação do Povo do Sudão do Sul (SPLA) e as Forças Armadas do Sudão e, conseqüentemente, a chegada diariamente de milhares de refugiados, especialmente, os provenientes das regiões fronteiriças e dos Estados produtores de petróleo, a saber: a província de Abyei, os Estados do Kordafan do Sul e Nilo Azul” (FREITAS, 2018, p.1).

Os fenômenos se intensificaram, se aceleraram e

“Outra questão problemática para a nova nação refere-se aos conflitos étnicos no território sudanês. Conforme mencionado anteriormente, o Sudão foi dominado culturalmente por uma maioria árabe sunita, cerca de 34 milhões de pessoas, ao passo que, na República do Sudão do Sul se aglutinaram uma mistura étnica de aproximadamente 200 grupos, interdependentes culturalmente, com suas próprias línguas e tradições. Nesse contexto, a etnia Dinka manteve a supremacia do território sulista, especialmente na região de Jonglei a noroeste de Juba, onde a terra é bastante fértil para a criação de gado e em reserva de água. Nos meses seguintes a independência da nova república, os conflitos se intensificaram entre as tribos nômades árabes e os agricultores negros Dinka pelo direito ao acesso dessas riquezas naturais, resultando no deslocamento de milhares de pessoas (SÁNCHEZ, 2011 apud FREITAS, 2018, p. 9). Conforme o site de notícias UOL, em janeiro de 2014, de acordo com sua publicação, pelo menos 78 mil refugiados do Sudão do Sul já haviam chegado aos países vizinhos, Uganda, Etiópia, Quênia e Sudão fugindo da escalada de violência que explodiu em meados de dezembro em seu país. Foram informações do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur). Ainda, de acordo com o site de Notícias UOL, mais da metade desses refugiados, a maioria mulheres e crianças vindos da cidade de Nimule, e foram para em

diversos povoados de Uganda. A maior concentração de refugiados se encontrava em Dzaipi, cidade da Uganda próxima à fronteira com o Sudão do Sul, onde 32,5 mil pessoas conviviam em um lugar projetado para 400. Mais de 18 mil refugiados sulsudaneses da região de Jonglei chegaram à cidade de Akobo, na Etiópia, onde o Acnur reforçou sua presença para atender os recém-chegados. O organismo se preocupa com a grande quantidade de crianças entre os refugiados sulsudaneses que chegaram ao Quênia. O Acnur estimou que dez mil refugiados saíram do Sudão do Sul para o Sudão, para as províncias de Kordofan do Leste e do Sul, embora o governo de Cartum informou ter recebido 1.371 sulsudaneses. Também o número de deslocados internos no Sudão do Sul disparou até os 355 mil, um aumento significativo diante 200 mil de uma semana atrás, principalmente devido ao temor dos enfrentamentos e da escassez de alimentos.” (NOTÍCIAS.UOL, 2014).

**Figura 3 – Divisão étnica na antiga república do Sudão.**



Fonte: BBC (2011)

Não obstante, para Freitas (2018, p.9), o principal ponto de divergência administrativa entre os dois países sudaneses é, sem dúvida, a disputa pela província de Abyei. Essa região é um dos oito distritos do Estado do Kordofan do Sul, no Sudão, rica em petróleo.

“Em decorrência desses fatores, as Forças Armadas do Sudão invadiram a província e entraram em confronto com o SPLA, causando a migração forçada de milhares de pessoas dessa região para o Sudão do Sul. Dada a situação conflituosa na região, “o Conselho de Segurança da ONU aprovou a resolução 1990 que instituiu formalmente, por seis meses, a Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei (UNISFA)”. A problemática central

concerne no fato de que a província de Abyei foi incluída como parte do território do Sudão do Sul no projeto da futura Constituição do país, mas o governo do Sudão não reconhece essa determinação, o que por sua vez, constituiu-se numa ameaça a paz entre os dois países sudaneses” (IGLESIAS, 2011 apud FREITAS, p.9).

Tal como se poderia supor, o conflito existente no Estado do Kordofan do Sul forçou a migração de milhares de pessoas para regiões do Sudão do Sul, e teve início em maio de 2011, após a contestação da eleição de Ahmed Harun para governador do país.

De acordo com relatórios das Nações Unidas, o governo de Cartum teria incitado ataques à população civil do Kordofan do Sul, incluindo prisões, greves intencionais e assassinatos extrajudiciais (SOLOMON, 2012, p. 25-26). Ainda que seja correto afirmar que, historicamente os negros africanos do sul do Sudão foram extremamente marginalizados pelas elites árabes e muçulmanas do Norte, culpar única e exclusivamente o colonialismo pelas atuais divisões territoriais nessa região, seria também ignorar outros aspectos constitutivos do Estado sudanês (FREITAS, 2018, p.9).

Nesse sentido, ressalta-se também o papel da imposição da superioridade racial árabe, por meio do comércio de “negros africanos do Kordofan e do Darfur para o Império Otomano, o Exército de Mohammadi Ali e para o homem branco” (TYNSLEY, 2012 apud FREITAS, 2018, p. 9).

A leitura deste quadro apresentado, como não sendo suficiente, Vilas Boas (2018) nos torna visível que, no que se refere aos países da África, a crise no Sudão do Sul é a que mais cresce, e informações do ACNUR revelam que em 2016 o número de refugiados subiu para 1,4 milhões, sendo que um ano atrás esse número era de 778,700 mil. Mesmo depois da independência do Sudão do Sul muitos conflitos armados ocorreram, junto com eles muitas mortes.

Tudo isto gerou uma crise humanitária e em consequência dela os sudaneses vêm procurando refúgio em países vizinhos como a Uganda, que recebeu o maior número de sudaneses, e segundo Vilas Boas (2018), resultando em 987,691 mil refugiados. Também, de acordo com Vilas Boas (2018), países como o Sudão, Etiópia, Quênia, República Democrática Africana do Congo, República Central Africana também são os principais países que os refugiados sudaneses buscam refúgio.

**Figura 4 – Panorama dos Refugiados do Sudão do Sul.**

## KEY FIGURES

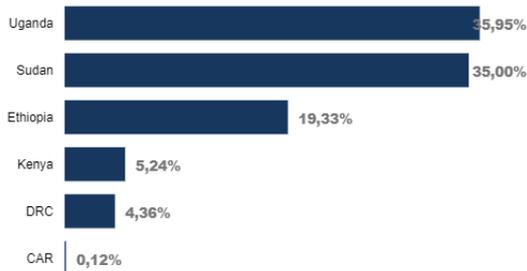


**2,183,928**  
SOUTH SUDANESE REFUGEES

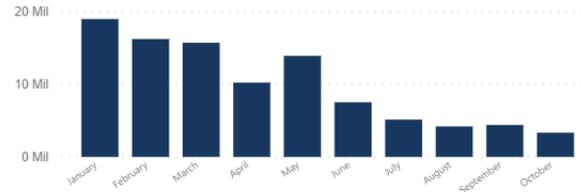
## 2018 REGIONAL RRRP FUNDING



## BY COUNTRY OF ASYLUM



## NEW ARRIVALS BY MONTH



**2018 arrivals (1 Jan - 31 Oct): 100,094**  
Based on field reports, UNHCR and Government registration

Fonte UNHCR (2018)

Não é difícil imaginar que sérias consequências adviriam de uma problemática de tão difícil solução e assim, Vilas Boas (2018) notou que

“A fome, as guerras e a ausência de saneamento básico mata todos os dias pessoas no Sudão do Sul, a maior parte dos que fogem desse país são crianças, porém adultos também passam por esse problema. A existência desse conflito que tem afetando principalmente as crianças nos mostra em números que elas e adolescente de até 17 anos formaram 63% dos refugiados, se tornando a maioria, enquanto adultos ficaram entre 34%, sendo as pessoas do sexo feminino a maior parte de refugiados provenientes do Sudão do Sul segundo o ACNUR. A grave situação no Sudão que está levando milhares de pessoa a se deslocarem também faz com que os gastos para a assistência dessas pessoas aumentem de forma significativa. O ACNUR dispôs que serão necessários US\$ 883.5 milhões de dólares para ajudar essas pessoas, e que menos de 30% foi arrecadado até julho de 2017, US\$ 210.8 milhões de dólares” (VILAS BOAS, 2018).

Esta relação de dependência do Sudão do Sul faz com que os outros países sirvam de refugio, mas muitas vezes os refugiados encontram situações semelhantes, ficando num circulo vicioso para atendimento de suas expectativas.

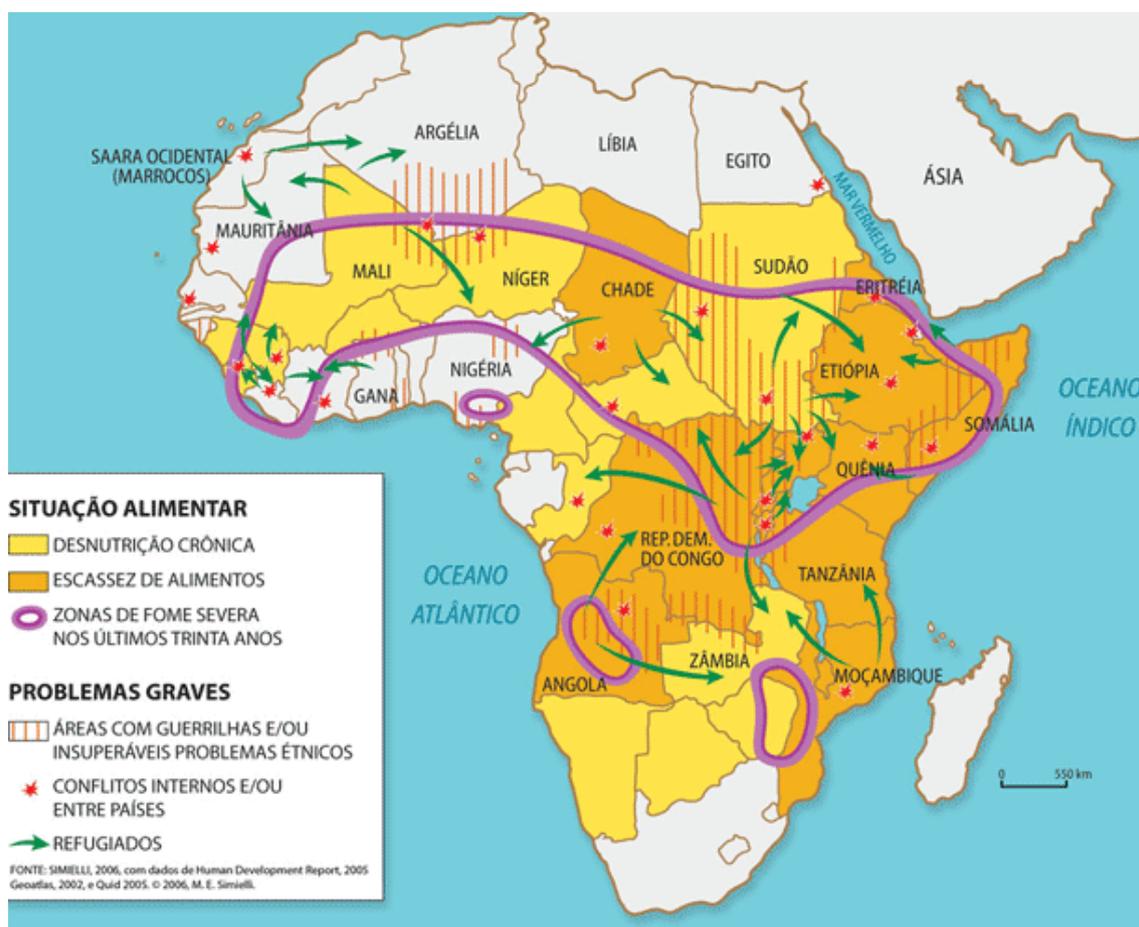
## 2.3 A SITUAÇÃO DO SUDÃO DO SUL COM OS PAÍSES VIZINHOS

Conforme já vimos, o entendimento de um País independente está atrelado a diversas manifestações dos diversos atores a nível mundial e local. Não seria diferente com o Sudão do Sul que já nasceu carente de mobilidade e

com dependências cruciais de outros países para atender as suas reivindicações internas.

A Figura 6 nos apresentará a África e algumas das carências dos Países que estão na mesma situação do Sudão do Sul, apontando para uma questão que não é só local, e a resolução dos problemas comuns dependem de uma ação conjunta de diversos países para o enfrentamento com respostas proativas.

**Figura 6 – Problemas comuns enfrentados pelos países vizinhos e pelo Sudão do Sul.**



Fonte: Sonhosafriicanos (2018).

Como se não bastasse, Pena (2018), para ser mais explícito diz que o Sudão do Sul herdou, com a independência, muitos problemas sociais, financeiros e um intenso conflito armado com o norte. Os conflitos com os vizinhos do norte foram retomados em função das indefinições no estabelecimento das fronteiras que entre si disputam regiões ricas em petróleo. A “emancipação” do Sudão do Sul fez com que uma guerra civil (até então, a

mais longa em atividade na África), em vez de acabar, foi apenas transformada em um conflito internacional.

A diferença entre os dois territórios, como esclarece Pena (2018), é latente tanto nos aspectos físicos quanto nas composições étnicas. O Norte é majoritariamente composto por regiões desérticas (salvo o vale por onde passa o Rio Nilo), com escassez de água e recursos naturais, enquanto o sul possui uma maior quantidade de vegetação e pântanos. Além disso, o Sudão do Sul é basicamente composto por povos cristãos e animistas, os quais não aceitavam a dominação política e legislativa dos povos do norte, de maioria islâmica (PENA, 2018).

Como os problemas não são tão simples, Dias (2013) considera que para o Sudão do Sul as relações com o Quênia, com a Uganda e com a Etiópia são primordiais. Ainda antes da independência o Quênia, o Egito e Uganda (desde 2005) tinham aberto representações de ligação em Juba e em outras cidades no Sudão do Sul. Da sua parte, a primeira representação do SPLM (Exército/Movimento de Libertação do Povo Sudanês) e do Sudão do Sul no estrangeiro foi aberta no Quênia (em Nairóbi), a Uganda conta com duas representações em Kampala e Gulu desde 2007 e tem representações no Egito, Etiópia, Eritreia, Republica Democrática do Congo, África do Sul e Zimbábue.

Gurjão e Pereira (2018) revelam que, não é só o problema de fronteiras que atormenta o governo do Sudão do Sul. Os ataques oriundos de outros grupos armados da região assim como de países vizinhos, como o exemplo do LRA, Exército de Resistência do Senhor, do inglês Lord's Resistance Army, um grupo fundamentalista cristão ugandense que atua no norte da Uganda e no Sudão do Sul mantinha ataques ao antigo SPLM quando dirigia a região autônoma e mantém-se contra o novo governo.

Gerbase e Visentini (2014) dizem que, apesar dos acordos de 2013 terem sortido algum efeito, contribuindo para o apaziguamento e desenvolvimento das relações econômicas entre Sudão e Sudão do Sul, a verdade é que os dois países permanecem interdependentes a nível econômico o que poderá se tornar prejudicial caso surjam novas disputas bilaterais.

A prudência é recomendada, e, por sua vez, o Sudão do Sul tenta encontrar novas rotas alternativas para o transporte do petróleo, procurando reduzir a sua dependência face ao Sudão.

Diante dos diversos riscos enfrentados pelo Sudão do Sul, Gerbase e Visentini (2014) dizem que:

“Nos últimos anos o país tem apostado no desenvolvimento de projetos para a construção de centrais termoelétricas e hidroelétricas, contando com investimentos do Egito e da Etiópia. Também tem existido uma aposta na criação de infraestruturas petrolíferas, tendo o país assinado, em setembro de 2012, um acordo para construir um novo oleoduto que deverá passar pela Etiópia e pelo Djibuti. Na mesma altura, o Sudão do Sul contava ainda assinar um acordo semelhante com o Quênia, introduzindo planos para a edificação de um novo oleoduto destinado a ligar o país ao porto queniano de Lamu. No entanto, com o evoluir do conflito interno que assola o país e com a queda dos preços do petróleo, o setor petrolífero sul sudanês tem vindo a sofrer uma retração dos investimentos estrangeiros.”

**Figura 7 – Oleoduto e reservas de petróleo do Sudão do Sul.**



Fonte: Pena (2018).

Para não nos estendermos mais sobre o assunto que é tão vasto e imbricado de tendências de diversos atores sobre o território citamos Pena (2018) que termina dizendo que

“para agravar a situação, a guerra e os constantes bombardeios – principalmente nas regiões de fronteira – intensificam o número de mortos e refugiados, além de fazer com que o governo do sul invista quase 50% das riquezas do país em armas em detrimento de investimentos em educação e saúde. Os movimentos organizados pela população acusam o governo do Sudão de utilizar comida como “arma de guerra”, cortando o seu fornecimento ou atacando organizações humanitárias, como os Médicos sem Fronteiras, que fazem constantes anúncios sobre a situação calamitosa que predomina em boa parte dos dois países em conflito” (PENA, 2018).

Alguns países vizinhos como Nigéria e Angola promovem acordos, inclusive com esforços da ONU, mas as diferenças entre o Sudão e o Sudão do Sul são tão grandes que a solução parece estar longe de um consenso, bem como a crise socioeconômica e as condições de miséria que assolam a maior parte dos habitantes.

## 2.4 AS NAÇÕES UNIDAS NA CONTENÇÃO DA CRISE

### 2.4.1 Missões de Manutenção de paz das Nações Unidas

Após a Segunda Guerra Mundial, o conceito de Segurança foi ampliado significativamente, para além da mera existência de ameaça aos estados, de acordo com Raquel Freire e Duarte Lopes (2009). Elas também explicam que o regime de segurança das Nações Unidas não só se tornou a opção “obrigatória” por excelência para a cooperação de segurança como se transformou em uma fonte de legitimidade para as operações de paz e uma referência aceita para o comportamento regional e estatal no que diz respeito à segurança (inter)nacional.

Para tentar solucionar os problemas detectados nas operações de paz que não obtiveram um bom resultado as estruturas de manutenção de paz das Nações Unidas foram criadas e reformadas para melhorar a coerência, a flexibilidade e a estabilidade da manutenção da paz das Nações Unidas. Desta forma, de acordo com Raquel Freire e Duarte Lopes (2009), foram observados três fatores principais para que fosse atingida a “janela de oportunidade” de manutenção de paz:

[...] Primeiro, a necessidade estrutural de pensar a manutenção da paz não como um complemento da formação militar ou da experiência civil mas, antes, como uma força específica em si mesma, rompendo com a dependência militar em relação aos Estados, que continua a puxar a manutenção da paz para a esfera de domínio militar e para a lógica Westfaliana. Segundo a necessidade de uma dinâmica regional de manutenção da paz comprometida com

um quadro normativo comum das Nações Unidas, de modo a manter e a enraizar o envio regional de efectivos de manutenção da paz dentro do espírito e dos objectivos da Carta das Nações Unidas. Isto poderia incluir algum tipo de selo de garantia de legitimidade das Nações Unidas para cada missão, seja ela de um só país, minilateral ou multilateral (Attinà, 2008). Terceiro, é necessário que a manutenção da paz seja concebida como peça central na promoção da paz e da segurança internacional. No entanto, a sua eficácia está dependente do seu enraizamento em culturas de paz.” (RAQUEL FREIRE e DUARTE LOPES, 2009)

#### 2.4.2 Missão das Nações Unidas na República o Sudão do Sul (UNMISS)

De acordo com as Nações Unidas (2018), ao adotar a resolução 1996 (2011) em 8 de julho de 2011, o Conselho de Segurança determinou que a situação enfrentada pelo Sudão do Sul continuava a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais na região e estabeleceu a Missão das Nações Unidas na República do Sudão do Sul (UNMISS) para consolidar a paz e a segurança e ajudar a criar condições para o desenvolvimento. Após a crise que eclodiu no Sudão do Sul em dezembro de 2013, o Conselho de Segurança, por sua resolução 2155 (2014) de 27 de maio de 2014, reforçou a UNMISS e redefiniu o mandato para a proteção de civis, monitoramento de direitos humanos e apoio à entrega, assistência humanitária e para a implementação do Acordo de Cessação de Hostilidades.

Atualmente, de acordo com a UNMISS (2018), o Conselho de Segurança prorrogou o mandato da Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS) até 15 de março de 2019, exigindo que as partes ponham fim aos confrontos e sinalizando sua intenção de considerar todas as medidas, incluindo embargo de armas, contra aqueles que obstruem a paz.

Adotando por unanimidade a resolução 2406 (2018) sob o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, o Conselho manteve níveis gerais de força da UNMISS e em maio de 2018 o número de envolvidos na UNMISS estava conforme a figura abaixo:

## Figura 8 – Pessoal envolvido na missão de paz no Sudão do Sul.

### > Força

Deployed number of personnel as of September 2018  
(Civilian data as of May 2018)

**18.963**

Total personnel

2.275 Civilians

13.956 Contingent Troops

210 Experts on Mission

1.729 Police

410 Staff Officers

383 UN Volunteers

Authorised number of personnel

**7,900**

Total uniformed personnel

7,000 Military personnel \*

900 Civilian police personnel

An appropriate civilian component

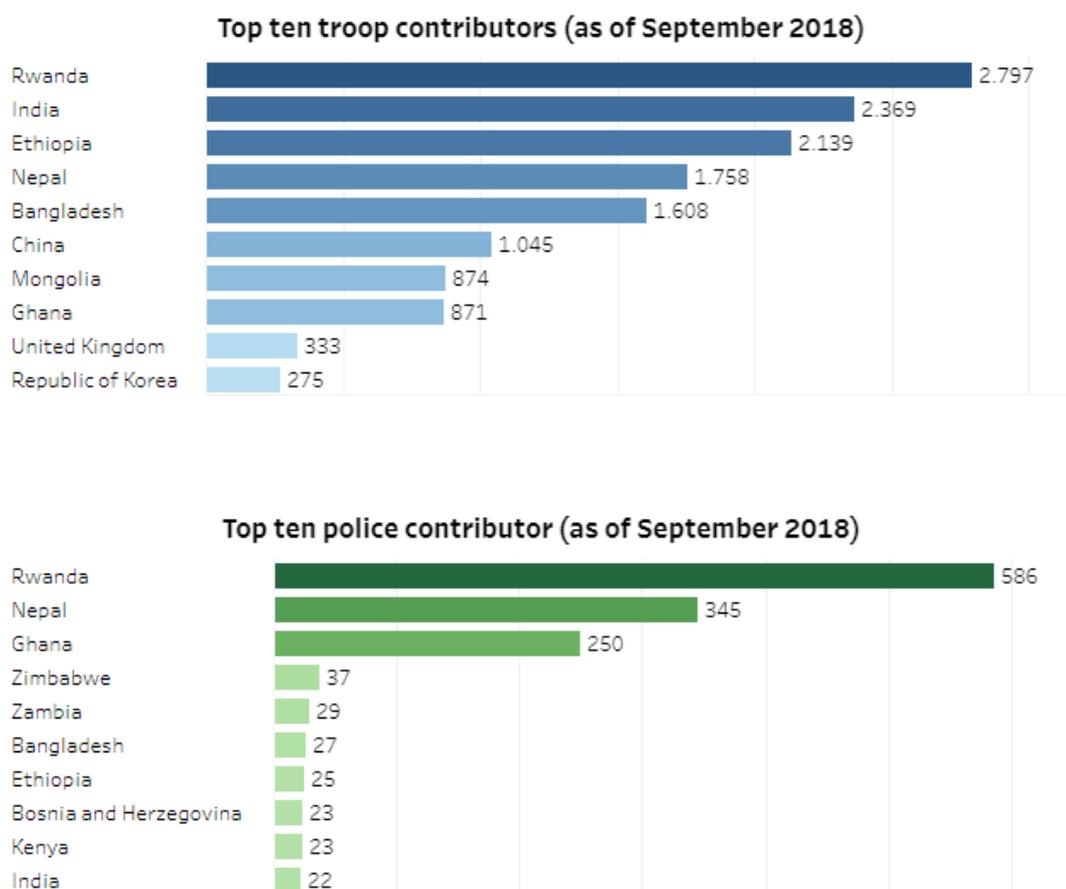
Fonte: Nações Unidas (2018).

Por outros termos, o Conselho exigiu que os líderes do Sudão do Sul implementassem o cessar-fogo permanente declarado no Acordo sobre a Resolução do Conflito na República do Sudão do Sul e outros cessar-fogos para os quais apelaram respectivamente em 11 de julho de 2016 e 22 de maio de 2017, Nações Unidas (2018).

Para apoiar o processo de paz, a UNMISS usaria seus bons ofícios e participaria do Monitoramento de Mecanismos de Segurança de Cessar e Transição, com sua Força de Proteção Regional autorizada a usar uma ação robusta para facilitar a movimentação livre e segura em torno de Juba. Mais amplamente, a UNMISS trabalharia para proteger os civis, criar condições favoráveis à prestação de ajuda e monitorar e investigar os abusos dos direitos humanos.

De acordo com as Nações Unidas, os países que mais apoiaram com tropas são os descritos no gráfico abaixo:

**Figura 9 – Países que mais contribuem com a UNMISS.**



Nações Unidas (2018)

Se analisarmos o gráfico, podemos perceber que grande parte das polícias e tropas presentes no Sudão do Sul é composta por pessoas de diversos países da região, proporcionando uma melhor ambientação ao conflito por parte dos participantes.

Apesar de a UNMISS ser uma missão extremamente importante na Região não podemos deixar de considerar a Força de Segurança Interina das Nações Unidas para Abyei (UNISFA), que também possui um papel fundamental nessa região que se encontra constantemente em disputa.

#### 4.2.3 Força de Segurança Interina das Nações Unidas para Abyei (UNISFA)

De acordo com as Nações Unidas (2018), o Conselho de Segurança estava profundamente preocupado com a violência, aumentando as tensões e o deslocamento da população. Essa operação foi encarregada de monitorar a fronteira do ponto crítico entre o norte e o sul e facilitar a entrega de ajuda

humanitária, estando autorizada a usar a força na proteção de civis e trabalhadores humanitários em Abyei.

O estabelecimento da UNISFA ocorreu depois que o Governo do Sudão e o Movimento de Libertação do Povo do Sudão (SPLM) chegaram a um acordo em Addis Ababa, na Etiópia, para desmilitarizar Abyei e deixar que tropas etíopes monitorassem a área.

Sem litoral e sem lei, a região de Abyei atravessa o Sudão e as fronteiras do Sudão do Sul devastadas pela guerra, mas a região árida não pertence a nenhum dos dois países. Quando os dois países assinaram um acordo de paz abrangente em 2005, que levou à independência do Sudão do Sul, eles não conseguiram concordar com as linhas de fronteira. Como resultado, o status de Abyei permanece sem solução até hoje, de acordo com Mednick (2018).

**Figura 10 – Mapa do Petróleo no Sudão/Sudão do Sul**



Fonte: BBC (2011)

Mednick ainda afirma que a região de Abyei é compartilhada pelos nômades misseriya árabes do norte e pelos Ngok Dinka, uma tribo de pastoreio do sul do Sudão. Após o início dos combates, em 2011, o Sudão e o Sudão do Sul concordaram em permitir que uma missão neutra de manutenção da paz promovesse a segurança até que uma solução política fosse alcançada.

“Sete anos depois, um impasse político na região contestada está ameaçando desestabilizar uma região já frágil. Sem governo, sistema judicial ou força policial, os 165 mil habitantes sudaneses e sul-sudaneses de Abyei dependem de milhares de pacificadores etíopes, parte da Força de Segurança Interina das Nações Unidas para Abyei, para manter a estabilidade.” (MEDNICK, 2018)

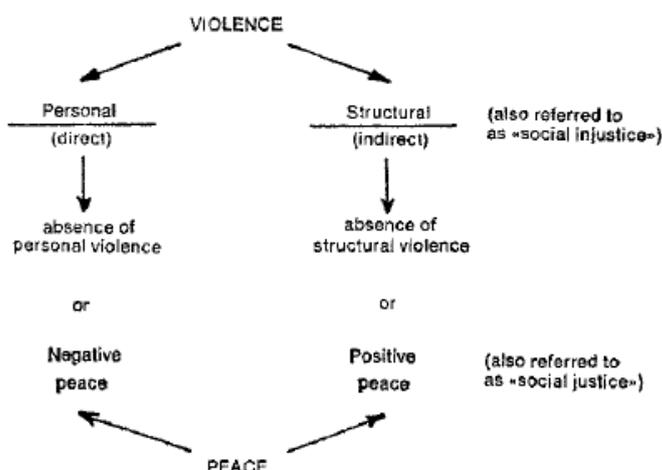
Com estes conflitos extremamente relevantes na região, percebe-se que a ação da ONU é essencial e ajuda a assegurar a manutenção de Paz no Sudão do Sul. Mas será que ela irá se manter quando as tropas das Nações Unidas se retirarem?

## 2.5 AÇÕES DA ONU APLICADAS AO CONCEITO DE PAZ POSITIVA DE GALTUNG

Primeiramente devemos entender o conceito de paz positiva e negativa. De acordo com Galtung (1969), devemos observarmos a diferença básica entre violência pessoal e estrutural, a violência apresenta duas faces, e desta forma a paz, sendo o seu oposto, é concebida como a falta da violência. Um conceito mais amplo de violência leva a um conceito mais amplo de paz. Metaforizando, uma moeda tem dois lados, e precisamos de ambos para termos a moeda completa, o mesmo ocorre com a paz, sendo seus lados: a falta de violência pessoal (falta de violência direta) e a falta de violência estrutural (distribuição igualitária de poder e recursos).

Podemos relacionar a falta de violência pessoal com o conceito de paz negativa e a falta de violência estrutural com o conceito de paz positiva elaborados por Galtung. Podemos observar na figura abaixo:

**Figura 11 – Violência e Paz para Galtung.**



Fonte: Galtung (1969)

Para Galtung (1996), devemos analisar os diagnósticos, prognósticos e a terapia para a situação de violência. Com o diagnóstico verificamos o estado da violência, com o prognóstico observamos como estão os processos de violência (aumentando, estável ou diminuindo) e procuramos a terapia, seja para a redução da violência (paz negativa) ou aprimoramento de vida (paz positiva).

No sistema de estados, incluindo as Nações Unidas, o foco deve ser prevenir o uso de violência pontuando alternativas, segundo Galtung (1996).

“Os eventos no Oriente Médio e Norte da África durante a Primavera Árabe são novas evidências da maneira oportuna de sugerir a inclusão de abordagem de paz no sistema de paz da ONU. Primeiro, esses eventos demonstram que sociedades com divisões salientes e falta de condições positivas de paz são às revoltas civis que podem se transformar em violência e / ou conflito armado. Em segundo lugar, eles apontam para sociedades sem elementos de paz positivos, incluindo uma cultura e prática democrática, que requerem assistência internacional para a transição pacífica. Protestos generalizados como na Turquia e no Egito no verão de 2013 pode ser interpretado como demonstrando que a democracia majoritária ou processual não é suficiente para garantir a paz positiva em sociedades divididas. Terceiro, esses incidentes ilustram que o atual sistema da ONU não é suficientemente equipado com mecanismos e medidas para fornecer assistência para transições e promover a paz positiva em contextos pré-conflito. TURAN (2015)

Podemos perceber, desta forma, que, de acordo com Turan, as Nações Unidas não possuem recursos suficientes para promover a paz positiva em contextos pré-conflito.

Por vezes, desta forma, as Nações Unidas se utilizam da Paz Negativa, sendo responsáveis por uma paz, muitas vezes, temporária.

An Agenda for Peace (Boutros-Ghali, 1992) propõe quatro tipos de intervenções para as Nações Unidas (diplomacia preventiva, pacificação (*peacemaking*), manutenção da paz e construção da paz), em que a manutenção da paz é definida como

“[...] o posicionamento de uma presença das Nações Unidas no terreno, até agora com o consentimento de todas as partes, envolvendo normalmente militares e/ou polícias das Nações Unidas e frequentemente civis também. A manutenção da paz é uma técnica que aumenta as possibilidades quer da prevenção de conflitos, quer de fazer a paz.” (Boutros-Ghali, 1992: Capítulo II, § 20)

Com isso, podemos perceber que as Nações Unidas, quando não conseguem resolver os problemas por vias diplomáticas se utilizam de *peacekeeping* (tropas para tentar conter a violência e trazer segurança), ou até mesmo de *peacebuilding* (formação da paz em um país desorganizado e em crise para “criar” a paz) para reorganizar os países e promover a paz.

Se colocarmos em pauta o estado atual do Sudão do Sul, perceberemos que o conflito já existia muito antes de as Nações Unidas começarem seu trabalho naquela região, desta forma, se tornou inevitável a utilização de forças militares e conseqüentemente a tentativa de imposição da paz Negativa. Vale ressaltar que, de acordo com as Nações Unidas (2018), tenta-se intermediar um tratado de separação de terras definitivo com o Sudão e Sudão do Sul, principalmente em relação à região de Abyei, onde os conflitos são mais iminentes.

De acordo com as Nações Unidas (2018), a ONU mantém a paz e a segurança internacional através de Diplomacia preventiva e mediação, *peacekeeping*, *peacebuilding*, combate ao terrorismo e desarmamento. Fazendo um paralelo com o conceito de paz positiva de Galtung podemos perceber que a intenção das missões de paz das Nações Unidas é produzir uma paz duradoura e, através da resolução dos conflitos diplomaticamente e utilização do *peacekeeping* e *peacebuilding*, quando necessário. As tropas das Nações Unidas proveem comida, água, abrigo, cuidados médicos e segurança para os civis, de forma a prepará-los para continuar o desenvolvimento do país

sem o seu auxílio, permitindo a construção de uma sociedade saudável, reduzindo a violência estrutural e conseqüentemente a violência pessoal também.

Além da ONU existem outras organizações, tais como a UNHCR, que age para tentar melhorar a saúde, educação e dar abrigo aos refugiados e a Organização da Cruz Vermelha, que provê água, habitat, e tratamentos de saúde para pessoas em locais de conflito ou desastres naturais. É importante reassaltar que a UNHCR, a Organização da Cruz Vermelha e a ONU informam que não possuem orçamento suficiente para prover todos os necessitados, fazendo-se necessário o auxílio de doações e voluntariado por parte de pessoas dos diferentes países.

Através de pesquisa bibliográfica e digitalizada foram encontrados toda a base referencial deste artigo, abrangendo áreas geográficas, históricas, políticas, econômicas, sociais, e sobre relações internacionais.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Sudão do Sul foi apresentado como um país que possui inúmeras dificuldades básicas, dentre elas estão o baixo nível de saneamento básico, conflitos étnicos, alta mortalidade infantil, baixo nível de acesso a água potável, dentre inúmeros outros. Percebemos então, que a independência desse país, que supostamente traria paz, trouxe consigo a continuidade dos mesmos conflitos conhecidos anteriormente e mais alguns, ligados a Abyei, e outros pontos.

Após compreender a realidade vivida no Sudão do Sul, entende-se o motivo do aumento de refugiados buscando abrigo em outros países atrás de uma vida melhor.

Com a grande dificuldade criada pela divisão do Sudão, houve a presença constante das Nações Unidas através de duas principais missões diplomáticas, sendo elas: UNMISS e UNISFA. Observou-se a importância e a grandeza dessas missões para a estabilização da situação local.

Após verificar a presença da ONU na região, foi apresentado o conceito de paz positiva e negativa de Galtung e observado que a missão das UN tem como meta a paz positiva e conseqüentemente a estabilização do local em crise para que este possa seguir sem a presença de peacekeepers. Apesar de a meta ser a estabilização local sem o uso da força, percebemos também que, por vezes, as UN são obrigadas a utilizar-se da força, quando todas as outras soluções não funcionam e tendem a não levar a uma solução pacífica quando em um período pré-conflito. Além das UN ainda existem outras organizações que auxiliam na estabilização dos estados em conflito, tais como a UNHCR e a Cruz Vermelha e todas elas são relativamente dependentes do auxílio de doações e “boas ações”.

## REFERÊNCIAS

ATTINÀ, Fulvio, “**Multilateralism and the Emergence of ‘Minilateralism’ in EU Peace Operations**”, *Romanian Journal of European Affairs*, 8(2): 5-24, 2008.

BOUTROS-GHALI, Boutros, **An Agenda for Peace: Preventive Diplomacy, Peacemaking and Peace-keeping**. Report of the Secretary-General pursuant to the statement adopted by the Summit Meeting of the Security Council on 31 January 1992 (A/47/277 - S/24111, 17 de junho de 1992). Disponível em: <http://www.un.org/docs/SG/agpeace.html>. Acesso em 18 de janeiro de 2008.

CAMPOS, Ligia Maria Caldeira Leite de. **O ATUAL CONFLITO NO SUDÃO DO SUL**. OCI • Série Conflitos Internacionais. V. 4, n. 2 - Abril de 2017.

COPNALL, James. **Sudan: Why Abyei is crucial to north and South**. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-13502845> Acesso em: dezembro de 2018.

DA SILVA, Vânia Cristina Marques. **As complexas relações entre o Sudão e o Sudão do Sul: petróleo e fronteiras enquanto questões fraturantes**. Relatório, Setembro de 2015. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/18678/1/As%20complexas%20rela%C3%A7%C3%B5es%20entre%20o%20Sud%C3%A3o%20e%20o%20Sud%C3%A3o%20do%20Sul%20%20V%C3%A2nia%20Marques%20da%20Silva%20n%C2%BA%2030927%20CPRI.pdf>. Acesso em: dezembro de 2018.

DIAS, ALEXANDRA MAGNÓLIA. **Sudão do Sul: independente e inevitavelmente ligado ao Sudão**. 2013. Disponível em: [http://janusonline.pt/images/anuario2013/2013\\_1\\_19.pdf](http://janusonline.pt/images/anuario2013/2013_1_19.pdf). Acesso em: dezembro de 2018.

FREITAS, Jeane Silva de. **Cruzando as Fronteiras: causas e consequências dos refugiados no Sudão do Sul**. Revista Política Hoje - 2a

Edição - Volume 22 - p. 171-187. Disponível em: file:///C:/UNINTER%202018/DEZEMBRO%202018/TCC%20VITOR/3768-8225-1-PB.pdf. Acesso em: dezembro de 2018.

GALTUNG, Johan. **“Violence, peace and peace research”**, Journal of Peace Research 6, 3, 1969.

GALTUNG, Johan. **“Cultural Violence”**, Journal of Peace Research 27, 3. 1990. Pp 291-305.

GALTUNG, Johan. **Peace by peaceful means**. Peace and conflict, development and civilization. Oslo, International Peace Research Institute, 1996.

GERBASE, LIVI e VISENTINI, PAULO GILBERTO FAGUNDES. **O Atual Conflito no Sudão do Sul: Conflito Étnico ou Sintoma dos Problemas estruturais do SPLM/A?** 17 de maio de 2014. Disponível em: <https://www.mundorama.net/?p=14186>. Acesso em: dezembro de 2018.

GURJÃO, Rafael e PEREIRA, Diego. **Formação da República do Sudão do Sul e o conflito pela demarcação de fronteiras**. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiapolitica/09.pdf>. Acesso em: dezembro de 2018.

MEDNICK, SAM. Foreign Policy. **Conflito em Abyei pode reacender a guerra civil no Sudão do Sul**. <<https://foreignpolicy.com/2018/06/06/conflict-in-abyei-could-reignite-south-sudans-civil-war/>> Acessado em dezembro de 2018:

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Departamento de Promoção Comercial e Investimentos Divisão de Inteligência Comercial. **Guia de Negócios Sudão do Sul**. Disponível em: <https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/Publicacoes/ComoExportar/GNSu daoSul.pdf>. Acesso em: dezembro de 2018.

NAÇÕES UNIDAS. **Ficha Informativa da UNISFA**. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/mission/unisfa>>. Acesso em: Dezembro de 2018.

NAÇÕES UNIDAS. **Manter a paz e a Segurança Internacionais**. Disponível em: <<http://www.un.org/en/sections/what-we-do/maintain-international-peace-and-security/>> Acesso em: Dezembro de 2018.

NOTÍCIAS.UOL. **Países vizinhos ao Sudão do Sul já receberam 78 mil refugiados de conflito**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2014/01/14./paises-vizinhos-ao-sudao-do-sul-ja-receberam-78-mil-refugiados-de-conflito.htm?cmpid=copiaecolahttps>. Acesso em: dezembro de 2018.

OLIVEIRA, Lucas Kerr de, e CASTELLANO SILVA, Igor. **Sudão do Sul: novo país, enormes desafios** South Sudan: new country, huge challenges. Meridiano 47 vol. 12, n. 128, nov.-dez. 2011 [p. 25 a 35]

PENA, Rodolfo F. Alves. **"Independência do Sudão do Sul"**; Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilescola.uol.com.br/geografia/independencia-sudao-sul.htm>>. Acesso em 12 de dezembro de 2018.

RAQUEL FREIRE, Maria E DUARTE LOPES, Paula. « **A segurança internacional e a institucionalização da manutenção da paz no âmbito da ONU: riscos e expectativas** », *e-cadernos ces* [Online], 06 | 2009, colocado online no dia 01 dezembro 2009, consultado a 14 dezembro 2018. URL : <http://journals.openedition.org/eces/315> ; DOI : 10.4000/eces.315

SONHOSAFRICANOS. **A fome e a miséria**. Disponível em: <https://sonhosafricos.wordpress.com/2012/05/27/a-fome-e-a-miseria/>. Publicado por Sonhosafricos · 27 de maio de 2012. Acesso em: dezembro de 2018.

**Sudan Household Health Survey 2006**. Ministry of Health of Sudan, Government of Southern Sudan (MOH-GOSS) and Southern Sudan

Commission for Census, Statistics and Evaluation (SSCCSE). Disponível em: <http://www.bsf-south-sudan.org/sites/default/files/SHHS.pdf>. Acesso em dezembro de 2018.

UNMISS. **Mandato.** Disponível em: <https://unmiss.unmissions.org/mandate>>. Acesso em: Dezembro de 2018.

TURAN, Tuba. **Positive Peace in Theory and Practice.** Strengthening the United Nation's Pré Conflict Preventive Role. Boston, 2015.

UNHCR. **Regional Overview of the South Sudanese refugee population.** Disponível em: [https://data2.unhcr.org/en/situations/southsudan#\\_ga=2.113228740.1118765890.1544884352-1968401739.1544137149](https://data2.unhcr.org/en/situations/southsudan#_ga=2.113228740.1118765890.1544884352-1968401739.1544137149)> Acesso em dezembro de 2018.

VILAS BOAS, Ingrid Cristina Pereira. **O direito internacional dos refugiados na atualidade. Uma abordagem analítica da crise dos refugiados no âmbito global e nacional.** Disponível em: <https://servicos.toledo.br/repositorio/bitstream/7574/329/1/O%20DIREITO%20INTERNACIONAL%20DOS%20REFUGIADOS%20NA%20ATUALIDADE%20-%20Ingrid%20Cristina%20Pereira%20Vilas%20Boas.pdf>. Acesso em: dezembro de 2018.